

**CLIPPING IMPRESSO**

**23/06/2019**



# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	1 - 2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. VARA CÍVEL.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUÍZES.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	5 - 7
4.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....	8 - 9
4.3. DESEMBARGADOR.....	10 - 11
4.4. INFORMATIVO.....	12
4.5. JUÍZES.....	13 - 15

IMPERATRIZ

## Terminal Rodoviário completa oito anos e terá programação especial

*Para comemorar os oito anos de existência, a direção administrativa da rodoviária organizou uma programação especial para a próxima semana*

### DANIELA SOUZA

**C**onhecida como 'Rodoviária nova' pelos imperatrizenses, o Terminal Rodoviário Jackson Lago chega ao seu 8º aniversário. Para comemorar, a direção do terminal organizou uma programação especial que será realizado na segunda (24); terça (25) e quarta (26).

Segundo informou a direção, a programação especial foi pensada em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e será

realizado atendimentos ligados à saúde, proteção ao meio ambiente e universo artístico.

"Estamos organizando o evento para comemorar essa data juntamente com nossos usuários, parceiros e colaboradores e mostrar nosso terminal para sociedade".

**Programação:** - Dia 24 (segunda): ônibus da oncologia com consultas e exames; Instituto Sadala vai realizar cortes de cabelo, escovinha, sobrancelhas. Presença do Sest/Senat com higiene bucal, kits odontológicos e palestras educativas;

Dia 25 (terça): Cras Ca-

feteira com atividade de balé e informações específicas. Equipe médica (consultório de rua);

Dia 26 (quarta): Abertura do aniversário do terminal com o pastor Jânio ICE Emanuel; Café da manhã; equipe com atividades de proteção ao meio ambiente; Hinode (limpeza de pele); Comissão de proteção ao idoso da OAB; equipe para aferição de pressão e glicose.

A programação é aberta ao público e acontece no próprio terminal. Atualmente, a rodoviária possui uma estrutura completa para atender todas

as necessidades dos passageiros que circulam diariamente. A comemoração de aniversário objetiva aproximar a população com o cotidiano do local.

**Sobre o terminal** - Estima-se que em média a rodoviária de Imperatriz recebe 2 mil passageiros diariamente.

Este número aumenta em cerca de 20% e 30% nos meses de julho e dezembro. A rodoviária emprega diretamente na administração do terminal 35 pessoas e mais 200 trabalham nas empresas de ônibus, pontos comerciais, taxistas, mototaxistas. As obras do Terminal

Rodoviário de Imperatriz foram iniciadas ainda no governo de Ribamar Fiquene e após 14 anos a construção foi retomada durante o governo Jackson Lago. A rodoviária entrou em funcionamento exatamente em 20 de junho de 2011.

O terminal está localizado no Jardim Tropical e possui uma área de 11 mil metros quadrados. Conta com cerca de 12 boxes de venda de passagens, oito banheiros, três restaurantes, quatro lanchonetes, estacionamento gratuito, posto do 14º BPM, Juizado de Menor, pontos de táxi e mototáxi, sorveteria, café expresso e caixa eletrônico.



## AÇÃO CIVIL

# OAB Maranhão ajuíza Ação Civil Pública contra o Estado em favor dos alunos do Curso de Formação da PMMA

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), protocolou, na manhã de hoje, 20, na 6ª Vara Federal Cível da SJMA, uma Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e em favor dos alunos do curso de formação oriundos do concurso público realizado em 2017 para PMMA, em defesa da sociedade.

Na ação, a Seccional Maranhense da Ordem pede que o Estado do Maranhão divulgue

a listagem atualizada sobre a classificação dos candidatos e vagas, assim como se abstenha de dividir o Curso de Formação permitindo aos candidatos a realização do curso até a conclusão de toda a carga-horária prevista, bem como sejam convocados todos os candidatos que concluíram o Curso de Formação para que sejam empossados nas suas respectivas funções.

No mês passado, a OAB

Maranhão promoveu uma audiência pública com diversos candidatos do concurso e que contou com a presença de parlamentares na tentativa de ajudar os concursados da PM que não foram nomeados no Maranhão. Na oportunidade, a OAB deu um prazo de 15 dias para que o Estado resolvesse a situação administrativamente.

“Mais uma vez a OAB cumprirá o seu papel estabelecido por lei de defesa da sociedade

e da cidadania. Demos um prazo para que o Estado buscasse uma solução administrativa para essa questão. Como não tivemos resposta, ajuizamos a ação em defesa dos alunos pedindo que seja divulgada a listagem atualizada sobre a classificação dos candidatos e vagas e que todos os candidatos que concluíram o curso sejam empossados nas suas respectivas funções”, explicou o presidente da OAB .

# Desafios educacionais no cenário do empoderamento

**OSMAR GOMES**

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicenses de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

---

**Educação é um tema sobre o qual sempre gosto de refletir e entendo que todos deveriam se interessar.**

---

Ela está na base, na formação de qualquer ser humano, seja aquela vista pelo viés escolar ou a aprendida em casa, por meio de valores transpassados de geração para geração. Sobre esta última debruço a presente análise.

Verificando atentamente as gerações mais jovens, notadamente aquelas denominadas de Z e Alpha, causam preocupação – e até certo espanto – a forma como a educação repassada aos mais jovens é conduzida. Não nego que sou um tanto conservador, razão pela qual carrego uma boa dose de saudosismo ao reverenciar a educação dada a mim e aos meus irmãos.

Nesse ponto, compreendi e aprendi que é preciso ser duro, incisivo, austero, mas sem ser rígido. Os pais precisam ser modelo para os filhos ao transmitir princípios e valores na relação com o próximo. Impor limites é o primeiro caminho para uma boa educação, visto que durante a vida, por diversas vezes, estes limites irão se manifestar nas mais diferentes áreas.

Os desafios são inúmeros e gigantesco, visto que os jovens de hoje já nascem e crescem em pleno contato

com as novas tecnologias e estabelecem uma relação simbiótica com todo esse aparato. É uma geração para a qual o virtual se torna parte do real, e vice-versa. O perigo reside justamente nesse ponto, uma vez que relegamos aos meios tecnológicos ou a escolas a formação de nossos filhos e nos afastamos do dever educacional sob nosso teto.

Não raro vemos jovens, na ausência dos pais, passarem horas preenchendo o vazio em sites, aplicativos e jogos. É uma forma de compensação pela ausência, que se completa com a célebre expressão “sim”. Dizer sim para tudo, em qualquer situação, virou uma estratégica tentativa de conquista por parte dos pais. Assim, esperam ser amados pelos filhos a partir de sua benevolência.

Dessa forma, jovens parecem estar crescendo sem qualquer referencial daquilo que é certo ou errado do ponto de vista do convívio social. Vale apenas aquilo que ele, do ápice de sua breve e inexperiente existência, entende necessário para satisfazer as suas vontades. Telefones de última geração, voltinha no shopping, vídeo game da moda, viagens, festas, rolê com os amigos. Sem horários, sem limites para viver um mundo perigoso e traiçoeiro.

Um mundo no qual as relações têm sido marcadas pela efemeridade e sem qualquer profundidade, rasas como diz o jargão musical do momento: shallow now. Essa superficialidade é constatada também na relação do próprio jovem com a vida adulta, estudos, trabalho, compromissos e responsabilidades. Praticamente toda uma geração que ainda não definiu seus rumos.

O impacto não é visto apenas na já conhecida parcela dessa geração de-

nominada “nem, nem”, mas também entre aqueles que até buscam alguma ocupação. O problema deste último é que ela é temporária. Poucos jovens dessa parcela querem compromisso mais duradouro com o trabalho e privilegiam a ausência de rotina e do cumprimento de horários. Não querem criar raízes, seja laboral ou mesmo familiares.

Aquela efemeridade juvenil, na qual se via uma inocente “despreocupação” deu lugar a um aparente desprendimento. Esse é um fenômeno social verificado nestas novas gerações e que desperta atenção, notadamente de estudiosos do comportamento e de educadores. Dentre as suspeitas, o excesso de autonomia e empoderamento das crianças desde as primeiras fases da vida.

Decerto que criamos filhos para o mundo. Daí porque precisamos atentar para uma conjuntura social mais complexa, paradoxalmente com maior possibilidade de se estabelecer relacionamentos, mas que estes carregam a característica peculiar de serem mais frágeis.

Empoderar não é nenhum problema. O ponto fulcral diz respeito aos limites que são impostos e a orientação para lidar com tal poder. A independência exige responsabilidade para lidar com as próprias escolhas diante dos macrodesafios políticos, econômicos, ambientais, de afirmação de minorias e até antropológicos.

Retomemos as rédeas de nossa juventude para que o comportamento pueril, carregado de ingenuidades e incertezas, não passe de poeira que se esvai com a brisa de um ou dois verões. Mantenhamos a base da educação que garante não apenas a sobrevivência da humanidade, mas a manutenção da vida em perfeito equilíbrio.

### **\*\*\* E PRA FECHAR...**

#### **O Jornal é a hóstia social da comunhão pública**

Depois da publicação do livro “A reforma pelo jornal”, em outubro de 1859, Machado de Assis publicou no matutino “Correio Mercantil”, do Rio de Janeiro, o artigo intitulado “O jornal e o livro”, no qual mostra a sua crença no jornalismo como instrumento de democracia e cidadania.

No artigo, Machado de Assis define o jornal como símbolo da República, a locomotiva intelectual que leva todos os dias bem cedo aos leitores a frescura das ideias e o fogo das convicções.

Naquela época, o jornal já propiciava o debate e colocava em xeque as verdades absolutas, sendo a reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos, refletindo a ideia popular.

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, o derramamento fácil de informação e conhecimento em todos os campos sociais.

Assim, o trabalhador cansado com o intenso labor cotidiano, vai encontrar ao lado do café da manhã não somente o pão de trigo, mas também o pão do corpo, o pão do espírito, a hóstia social da comunicação e da comunhão pública.

(ANTÔNIO CARLOS LUA - JORNALISTA)

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Relevância emblemática

O entendimento de que o maior desafio das instituições está hoje diretamente relacionado à questão administrativa, levou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a atribuir importância estratégica à modernização do Poder Judiciário Estadual, na busca pela excelência em gestão, com o objetivo de atender, em plenitude, aos cidadãos e a própria sociedade.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos tem dito, reiteradamente, que a condição de instituição de excelência não pode ser teórica e precisa ser conquistada com trabalho, dedicação e perseverança.

Para tanto, ele considera essencial uma orientação gerencial que busque a participação e o envolvimento de toda a família judiciária, num aprendizado organizacional constante, com inovações e foco em resultados efetivos.

Nesse sentido, o Poder Judiciário do Maranhão – ciente do seu papel e do seu dever para com a sociedade civil organizada – deflagrou um longo e persistente processo de modernização da gestão e na sua forma de atuação institucional.

Iniciativas dinâmicas e concomitantes marcaram o início de uma nova forma de planejamento e gestão no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, com o desenvolvimento de um referencial estratégico.

As mudanças já mostram resultados progressivos, adquirindo consistência e legitimidade, com a conquista, em 2018, do 'Selo Ouro', concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assumindo o Tribunal de Justiça do Maranhão relevância emblemática, em função do nível de excelência em práticas de gestão.

A premiação veio consagrar o árduo e dedicado trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário do Maranhão que – primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis – vem superando muitos desafios, contando para isso com a contribuição e esforço dos magistrados e servidores no cumprimento das metas nacionais e no fomento da qualidade dos dados estatísticos fornecidos pelo TJMA ao CNJ e à sociedade.

Na verdade, a conquista do Selo Ouro veio consolidar a política judiciária do TJMA que – focada hoje na eficiência, transparência, organização – tem em sua cultura a gestão de excelência, mesmo num cenário de limitações financeiras que obriga cada vez mais o Poder Judiciário a se desdobrar para conseguir cumprir a sua missão constitucional com efetividade e celeridade.

Notório é que o TJMA vem ganhando perfil diferente com a política institucional de administração judiciária, voltada para a qualidade total. Melhorias contínuas, governança, gestão do conhecimento, gestão por competência e de pessoas são agora as diretrizes do Tribunal, que lançou mão de metodologias e diretrizes cimentadas e normatizadas, seguindo a tendência da gestão pública contemporânea.

Assim, já colhe benefícios com uma organização mais ágil, mais dinâmica e focada na entrega de serviços jurisdicionais dentro dos prazos, com custos planejados para garantir um melhor desempenho e um papel central na política pública de Justiça.

Com a criação de uma agenda estratégica vasta, o TJMA vem atuando de forma decisiva para a solução de muitos impasses nas questões cruciais que refletem na relação do Poder Judiciário com a sociedade.

As medidas adotadas pela Corte expandiram-se para enfrentar os novos e exigentes desafios que tem obrigado o Poder Judiciário do Maranhão a se reinventar para superar as especiais dificuldades na área financeira.

Dessa forma, as limitações relativas à capacidade do TJMA, isto é, os recursos de que dispõe para levar a cabo eficazmente a política judiciária, têm exigido criatividade, diante de poucas verbas orçamentárias para investimentos.

Bons resultados vem sendo obtidos por meio de ações de planejamento estratégico, estabelecimento de metas, indicadores de desempenho e produção de estatísticas.

O TJMA ganhou muito com a ideia do planejamento estratégico, cujos efeitos positivos já alcançam a própria comunidade, que é a destinatária dos serviços judiciários. Somam-se também a este contexto diversas iniciativas bem-sucedidas, entre as quais podem ser destacadas as metas de produtividade, que têm por objetivo reforçar o compromisso do TJMA com a sociedade, tornando-o mais ágil, transparente e integrado, para aprimorar os seus serviços e vencer os obstáculos administrativos na gestão.

Esses fatores mostram que o Judiciário maranhense está, de fato, empenhados em potencializar seus trabalhos com a implementação de iniciativas capazes de oferecer à sociedade uma melhor prestação jurisdicional.

Balancos estatísticos mostram que os resultados alcançados com o novo modelo de gestão são altamente positivos. A comunicação social tornou-se também uma das apostas centrais do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, tanto internamente, como também externamente. Ele considera a comunicação uma vertente da transparência e da interlocução com os cidadãos e com a sociedade. Assim, o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação assumiram, no âmbito do Poder Judiciário, especial relevância.

Como o modelo constitucional dar competência ampla ao Poder Judiciário, o TJMA tem apostado num planejamento integrado e proativo, para que seu trabalho tenha qualidade, garantindo aos que batem às portas da Justiça um serviço eficiente de prestação jurisdicional.

Graças a isso, o Tribunal de Justiça abeje quais metas deve atingir num dado prazo e quais são os meios adequados para atingir essas metas, além de prestar contas à comunidade, dizendo o que está fazendo e revelando resultados, com dados sólidos.

Com novas ideias e concepções, o Tribunal de Justiça do Maranhão deu um salto de qualidade em termos de gestão.

Esse é o novo paradigma do Poder Judiciário Estadual e a grande mudança que a sociedade testemunha ativamente.




**Bom Dia Sociedade**  
 Nossa conversa de todas as segundas-feiras

**Orquídea Santos**  
 orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafsantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



No último Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça, que ocorreu São Paulo, inovação, criatividade e diversidade deram o tom do evento. Quem esteve lá, como um grupo de assessores do Tribunal de Justiça, destacou a importância da comunicação como área chave para qualquer estratégia. A jornalista Roberta Gomes, do TJMA, não perdeu a oportunidade e fez contato com quem está transformando a comunicação pública e seu papel. Entre esses nomes, o casal Gabriela e André Tamura, da WeGov, que atua na área de inovação no setor público.

**“O governador Flávio Dino quer tornar o Centro uma referência em renovação e desenvolvimento sustentável”, diz Rubens Júnior sobre Programa Nosso Centro**

## desenvolvimento sustentável"

O governador Flávio Dino lança nesta segunda-feira (24) o Programa Nosso Centro. Em entrevista exclusiva para o Jornal Pequeno, o secretário Rubens Pereira Júnior fala sobre a nova iniciativa e também sobre os avanços alcançados em outros programas: PAC Ponta do São Francisco, que já teve obras iniciadas; o Programa de Regularização Fundiária, que agora terá gratuidade nas taxas cartoriais; e o Cheque Minha Casa, que na última semana, beneficiou 1.300 famílias de São Luís e região metropolitana.

### **Jornal Pequeno - Nesta segunda-feira (24), o senhor e o governador Flávio Dino lançam o Programa Nosso Centro. O que podemos adiantar para os nossos leitores?**

**Rubens Pereira Júnior** - O Programa Nosso Centro apresenta um conjunto de ações e obras para valorizar ainda mais a região central de São Luís. O governador Flávio Dino quer tornar o Centro uma referência em renovação e desenvolvimento sustentável, além de promover a preservação do seu valor histórico e cultural.

Temos intervenções previstas nas áreas de tombamento estadual, federal e Zona Central da cidade, com obras do Governo do Maranhão, Prefeitura e Iphan. A amplitude do Programa Nosso Centro permitirá ações específicas nas áreas habitacional, comercial e gastronômica, cultural e artística, institucional, tecnológica, além de atividades transversais de infraestrutura e segurança.

### **JP - E quais serão as estratégias utilizadas para poder viabilizar o programa?**

Durante o evento desta segunda-feira, detalharemos as estratégias e diretrizes, mas posso adiantar que o "Nosso Centro" terá a sustentabilidade como pilar para captar investimentos de diferentes setores para recuperar o uso do patrimônio cultural edificado. A articulação será para incrementar recursos federais, estaduais, municipais, nacionais ou estrangeiros, bem como os da iniciativa privada.

### **JP - Os programas "Adote Um Casarão" e "Habitar no Centro" fazem parte desta nova iniciativa?**

Com certeza. O Programa Nosso Centro será o "grande guarda-chuva" de ações de todo o Governo do Maranhão em prol da região central de São Luís. Observe que a gestão Flávio Dino não está iniciando agora os investimentos. Somente de recursos estaduais, mais de R\$ 100 milhões já foram aplicados ao longo dos últimos anos. E os resultados são visíveis. Temos praças, prédios e equipamentos culturais reformados, há uma atenção especial com a questão da segurança. O Centro de São Luís voltou a ser ponto de encontro não só dos turistas, mas também dos ludovicianenses. Mas precisamos avançar e por isso estamos lançando este programa.

### **JP - Temos também outros projetos que caminham para a direção da valorização dos espaços públicos por parte do Estado?**

A valorização do uso dos espaços públicos é uma marca da gestão do governador Flávio Dino. Desde que assumi a pasta, além de dar continuidade nos programas já existentes, estamos investindo em ações que caminham para esta direção. As obras de urbanização do PAC Ponta do São Francisco são um bom exemplo. Transformaremos toda aquela área em

um ambiente não só para o convívio da população local, mas também para o turista que visita São Luís.

Esta iniciativa faz parte da implantação de uma política de desenvolvimento local para promover melhores condições de vida dessa população que há tanto tempo foi esquecida. É uma obra ampla de infraestrutura dessa região, teremos requalificação da área, além de equipamentos de esporte e lazer e geração de renda. Será construída também uma avenida sobre um aterro, que vai cercar toda essa área.

### **JP - Quais obras estão previstas para a Ponta do São Francisco?**

A intervenção engloba um conjunto de obras de urbanizações com infraestruturas básicas de rede de esgoto, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, rede de iluminação, aterro de áreas sujeitas a alagamentos causados pelo fluxo das marés e construção de equipamentos públicos de apoio à pesca e lazer. São investimentos na ordem de R\$ 7,6 milhões. Está prevista, também, a construção de estacionamentos e de rampas de acesso pesqueiro ao Rio Anil e Bacia de São Marcos, além de galpão de apoio às comunidades pesqueiras ali existentes e localizadas ao longo da Avenida Ferreira Goulart.

O projeto contempla, ainda, um complexo com três praças, quadra poliesportiva, quadra de areia, área de ginástica, playground, posto policial, duas lanchonetes, dois decks, passarelas, calçadão na beira-mar e ações de regularização fundiária. Para iniciar o projeto, foi necessário remover moradores da região. Os antigos moradores das palafitas estão sendo beneficiados com as melhorias do bairro. Atualmente, eles recebem o aluguel social no valor de R\$ 500 para pagar a estadia provisória. E em breve serão contemplados com parte das 256 unidades do Residencial José Chagas, unidades do Minha Casa Minha Vida construídas pelo Governo do Estado na Avenida Ferreira Gullar.

### **JP - Além desses esforços para a revitalização, quais outras ações da Secid nós poderíamos destacar na área da habitação?**

Recentemente alcançamos mais uma vitória. Os participantes do Programa de Regularização Fundiária da Secid, que comprovarem baixa renda, serão contemplados com gratuidade de taxas cartoriais. O benefício foi garantido após um encontro nosso com o corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Marcelo Carvalho, e o procurador Geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia. A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) estabeleceu normas gerais para o registro da Regularização Fundiária Urbana no âmbito da Lei Nº 13.465/2017 e Decreto Nº 9.310/2018. O êxito dará maior abrangência ao programa, ao estabelecer a gratuidade do primeiro registro dos títulos, pois um dos obstáculos aos programas de regularização fundiária refere-se aos custos do procedimento. São as famílias de baixa renda as principais beneficiadas com o programa.



Secretário Rubens Pereira Júnior fala sobre o Programa Nosso Centro

DIVULGAÇÃO

### **JP - O que seria o Programa de Regularização Fundiária?**

O Programa de Regularização Fundiária, desenvolvido pela Secid, faz parte do plano de metas do governador Flávio Dino, que não tem medido esforços para efetivar esse direito negado há tantos anos a milhares de famílias maranhenses. É um processo de transformação que visa legitimar a posse de propriedade, de modo a promover o direito social à moradia, a redução de desigualdades, a defesa do meio ambiente e a função social da propriedade e da cidade.

A parceria com a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça é fundamental para o êxito do Programa. A regularização fundiária é uma política de interesse da CGJ-MA, no objetivo de ampliar o acesso da população a diversos direitos relacionados à moradia. A Secid já entregou cerca de 8.500 títulos de propriedade. Além de São Luís o programa é executado em Paço do Lumiar, Colinas e Imperatriz. Nossa meta é ampliar para os municípios.

### **JP - Qual o balanço do Programa Cheque Minha Casa?**

O Programa Cheque Minha Casa distribui R\$ 5 mil em materiais de construção para famílias de baixa renda. Este recurso é destinado prioritariamente para instalações sanitárias. Muitas pessoas vão construir banheiros, colocar revestimento na cozinha, trocar piso, outras vão ampliar suas casas para garantir mais conforto. O Programa muda, de fato, a vida das pessoas. Muitos governos já passaram na porta das pessoas, mas o governo Flávio Dino vai além. Entra nas casas e melhora definitivamente a vida dessas famílias.

A ação desenvolvida pelo Governo do Maranhão, desde 2017, vai além de uma política de habitação. Ela se tornou uma política de governo. Exigimos, por exemplo, que as famílias apresentem os cartões de vacina e o histórico escolar das crianças. Por outro lado, os comerciantes que participam como fornecedores falam da importância da ação para a movimentação da economia. Muitos dizem que teriam que demitir funcionários se não tivesse o programa.

Em sua 2ª edição em 2019, foram inscritas cerca de 130.000 pessoas e a previsão é de contemplar 4.000 famílias residentes da Grande São Luís, envolvendo os municípios de São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Axixá, Cachoeira Grande e São Luís.



# Bom Dia Sociedade

Nossa conversa de todas as segundas-feiras



## Orquídea Santos

orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafssantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



O desembargador do TJMA, Marcelino Everton, acompanhado pelas assessoras Lindalva Marão, Luzia Fernandes, Kellyane Rocha e Paula Gardênia, participou nos dias 07 e 08 deste mês, do XI Congresso do Mercosul de Direito de Família e Sucessões, em Gramado/RS.




**Bom Dia Sociedade**  
 Nossa conversa de todas as segundas-feiras

**Orquídea Santos**  
 orquideafsantos@yahoo.com.br



Acesse nossa página no FACEBOOK, ORQUÍDEA SANTOS NA TV, ou através do google (@orquideafsantos) e veja os vídeos que fizeram sucesso durante a semana.



Os irmãos Carlos Figueiredo, Liberino Figueiredo, Joaquim Figueiredo (desembargador e presidente do TJMA), Francisco Figueiredo e Jorge Figueiredo (desembargador) com a mãe Aldeíde Figueiredo dos Anjos, viúva do homenageado, oficial de Justiça Liberino Santos dos Anjos, nome dado ao Salão do Júri da comarca de São João Batista, na solenidade de inauguração realizada no último dia 14 de junho.

## Weverton Rocha

Senador do Maranhão e líder do PDT no Senado



### HÁ COISAS BOAS ACONTECENDO NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A maioria das democracias modernas, inclusive a brasileira, baseia-se na tripartição dos poderes, proposta por Montesquieu, com papéis bem definidos para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Mas em tempos de tantas paixões, é fácil perder de vista o elementar, com o embaralhamento das funções. É natural que, em meio a isso, a população às vezes se sinta confusa e pouco confiante nas instituições. É preciso, no entanto, retomar a confiança, pois o fato é que os Poderes da República continuam funcionando e coisas boas continuam sendo feitas. É verdade que nos últimos tempos, à medida que a crise política e econômica foi se intensificando no Brasil, os papéis de cada um dos poderes foram ficando cada vez

menos claros. O Judiciário passou a legislar indiretamente, por meio de suas decisões. O Executivo passou a legislar diretamente, por meio de uma profusão de medidas provisórias. E o Legislativo se equivocou em reduzir sua função à de fiscalizar o Executivo.

Não há dúvida que é um erro que precisa ser corrigido pelo bem do país.

À medida que cada um se voltar mais para seu papel original, a nação alcançará mais equilíbrio e a sociedade colherá os frutos. Para isso, é importante que as pessoas lembrem que elegeram, no ano passado, seus representantes no Senado e na Câmara dos Deputados, com legitimidade para representar os interesses de todos os brasileiros. Para, no Legislativo, debater

os projetos para o nosso país e encontrar a melhor solução, ouvindo a todos, construindo um resultado, que represente o meio termo entre o que todos pensam. No Congresso, já estamos enfrentando temas sérios, como a reforma da Previdência, um acordo para uso comercial da Base de Alcântara, a legislação da posse e do porte de armas e até mesmo dos crimes cometidos em função da orientação sexual. Todos são temas em que a pluralidade do parlamento é essencial para que a legislação represente um consenso entre os interesses de todas as parcelas da população. A heterogeneidade do povo brasileiro está muito bem representada no Congresso Nacional, cuja atuação é essencial no modelo de freios e contrapesos

que sustentam nossa nação. Assim como o Judiciário garante que não mergulhemos em um estado de barbárie e o Executivo, mesmo com todas as crises, vem gerindo o Estado brasileiro.

Portanto, para além das paixões e crenças pessoais, é preciso acreditar no Brasil, confiar que as crises passam se trabalharmos para que elas passem. E para que isso aconteça, precisamos confiar nas instituições, reconhecer o papel de cada uma e sermos capazes de ver que, para além dos problemas, há muito trabalho acontecendo.

Corrijamos o que está errado, mas não percamos o foco do que está dando certo, pois o mundo é melhor quando gastamos mais energia para construir que para destruir.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



# CONTEXTO

## Lançamento

A saúde pública é pauta constante na vida do Dr. Gutemberg. Além de médico e professor da UFMA, ele é vereador de São Luís no quarto mandato, tendo 62 leis aprovadas na Câmara Municipal.

E foi toda essa expertise que o credenciou a lançar o seu terceiro livro, com o tema os 'Desafios na Gestão da Saúde Pública no Sistema Único de Saúde – SUS', na última segunda-feira (17), às 19h, na As-

sociação Maranhense dos Escritores Independentes – AMEI, no São Luís Shopping. Dr. Gutemberg explica que o livro é fruto da realização de um MBA em Administração em Saúde na FGV-RJ. A apresentação dele ficou a cargo da Professora Dra. Tânia Furtado da FGV – RJ.

Dr. Gutemberg Araújo também é Mestre em Cirurgia do Aparelho Digestivo pela Universidade Federal Fluminense, Doutor em Cirurgia pela UNIFESP e Membro da Academia Maranhense de Medicina, da

Sociedade Brasileira de Médicos Escritores.

Estiveram presentes amigos, famílias e gestores públicos do Estado do Maranhão, como o Prefeito Edivaldo Holanda; o secretário estadual de saúde, Carlos Lula; o secretário municipal de Saúde, Lula Fylho, o secretário municipal de planejamento José Cursino Raposo; o presidente da Câmara Municipal de São Luís, Osmar Filho, acompanhado do seu pai, o juiz Dr. Osmar Gomes; o vereador Sá Marques, o ex-deputado Jota Pinto. Confira nas fotos:



O parlamentar com o presidente da Câmara, vereador Osmar Filho; o prefeito Edivaldo Júnior, e o secretário municipal de Articulação Política, Jota Pinto



Dra. Kika Araújo, o prefeito Edivaldo Holanda, o presidente da Câmara Osmar Filho e a professora Tânia Furtado



Com o Secretário Municipal de Saúde, Lula Fylho



O advogado Francisco Coelho também foi prestigiar o lançamento



Com o titular da SES, Carlos Lula



Com o juiz Osmar Gomes



## José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globom.com / www.joseluizalmeida.com

### **SOBRE MENDACIDADE**

Nada é mais nefasto para as relações que travamos, seja em casa ou no trabalho, do que não acreditar no interlocutor. Daí porque é desalentador ouvir uma história e não poder confiar naquele que a conta, assim como é desanimador constatar que, dependendo do interlocutor, não é possível acreditar na desculpa que apresenta.

Decerto que, algumas vezes, é preciso apresentar uma desculpa, tergiversar aqui e acolá, no afã de preservar uma relação ou de evitar um aborrecimento. Mas isso não pode ser a regra, pois mentira deve ser sempre uma excepcionalidade.

A regra em face da qual não se pode fazer concessões é a verdade, uma vez que não convivemos bem com o tipo mendaz, aquele dado a conversa fiada, conversa para boi dormir, como se diz na minha terra.

Mas até aí, quando se tratam de relações interpessoais - privadas, portanto - não há maiores consequências. A gente pode, ou não, crer no interlocutor, e a vida segue, sem maiores consequências.

Todavia, quando o vetor da mendacidade serve a um processo, como testemunha, por exemplo, a situação exige redobradas cautelas, em face das consequências que decorrem de uma mentira formalizada nesse ambiente, o que pode, sim, levar à condenação um inocente ou à absolvição um culpado.

Aí, estimado leitor, o bicho pega, para usar uma linguagem coloquial. Por isso é que, diante de uma prova testemunhal, exige-se do magistrado algo que vai muito além da sua capacidade técnica.

Muitas vezes, precisamos penetrar na alma da testemunha, nas suas entranhas, sob pena de corrermos o risco, sempre presente, de prolatar uma decisão dissociada da realidade, posto que uma testemunha mendaz pode decidir, como dito acima, a vida de um acusado.

Logo, para acolher um depoimento que possa estar contaminado por algum interesse, o magistrado tem que agir com muito zelo e atenção. Nesse sentido, é necessário perscrutar, analisar com o necessário rigor, por exemplo, quais as forças exógenas e endógenas que possam ter desvirtuado esse ou aquele depoimento; desvirtuamento que pode levar uma testemunha a mentir para favorecer ou prejudicar um determinado acusado. Não é tarefa fácil, nada obstante. Daí que, algumas vezes, apesar da íntima convicção que temos acerca da culpa de um determinado acusado, somos compelidos a absolvê-lo por falta de provas ou por insuficiência das provas produzidas.

Todos os juízes criminais já se defrontaram, incontáveis vezes, com esse dilema, ou seja, de ter que decidir, para absolver ou condenar, com base, primordialmente, em provas testemunhais, a mais falível, volúvel e perigosa das provas.

Diante desse quadro, o que se espera é que o juiz se esmere, até onde é possível em face dos comandos legais, no momento da produção da prova testemunhal e na sua avaliação.

Nesse sentido e a par dessa realidade, é que não se pode inquirir - e aqui me reporto especialmente às partes - testemunhas com o piloto automático ligado, com indiferença ou falta de disposição. Nenhum juiz, nem o Ministério Público e nem a defesa podem sentar a uma mesa de audiência para inquirir uma testemunha sem antes ter analisado, com percuciência e vagar, o processo, para se cientificar, em profundidade, daquilo que convém indagar das testemunhas, sem o que não haverá condições de aferir, ao fim e ao cabo da instrução, quanto à veracidade do depoimento que está sendo tomado.

O que vi a minha vida inteira foi o total desprezo dos autos até o início da audiência - consideradas, claro, as exceções de praxe -, motivo pelo qual não foram poucos os que, nesse panorama, só tiveram conhecimento dos fatos ao tempo da realização da audiência, dando lugar a erros judiciários e injustiças.

Não dá bom exemplo o promotor, o juiz ou o advogado que só manuseia os autos no momento da audiência, pois, quem pretender fazer um trabalho minimamente escorreito, deve se antecipar às audiências, para saber acerca da prova a ser produzida.

O que têm a dizer as testemunhas em um processo não pode ser, como ensina Leandro Karnal, apenas uma explosão de som. Mas para que isso não ocorra, a responsabilidade é toda dos atores do processo, principalmente das partes, em face da vigente legislação, que relega a atividade do juiz a um segundo plano quanto a audição das testemunhas.

Em face de uma inquirição descuidada é que, muitas vezes, a despeito do estrépito do crime, a despeito das cobranças da sociedade, somos obrigados a absolver determinados acusados, à míngua de prova indubitosa acerca da sua participação na empreitada criminosa, a considerar, nessa perspectiva, a relevância da prova testemunhal.

Uma testemunha mendaz pode levar o acusado ao inferno ou ao paraíso. Por isso o zelo, a perseverança, a sofreguidão com que deve ser colhida a prova testemunhal, exigindo-se do MP e da defesa, que, antes das audiências - bem antes mesmo!

– leiam os autos do processo, para terem firmeza sobre as questões que formularão, pois só assim é possível, com razoável probabilidade, saber se a testemunha falseia a verdade, para o bem ou para o mal.

## Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



# Desafios educacionais no cenário do empoderamento

Educação é um tema sobre o qual sempre gosto de refletir e entendo que todos deveriam se interessar. Ela está na base, na formação de qualquer ser humano, seja aquela vista pelo viés escolar ou a aprendida em casa, por meio de valores transpassados de geração para geração. Sobre esta última debruço a presente análise. Verificando atentamente as gerações mais jovens, notadamente aquelas denominadas de Z e Alpha, causa-me preocupação - e até certo espanto - a forma como a educação repassada aos mais jovens é conduzida. Não nego que sou um tanto conservador, razão pela qual carrego uma boa dose de saudosismo ao reverenciar a educação dada a mim e aos meus irmãos.

Nesse ponto, compreendi e aprendi que é preciso ser duro, incisivo, austero, mas sem ser rígido. Os pais precisam ser modelo para os filhos ao transmitir princípios e valores na relação com o próximo. Impor limites é o primeiro caminho para uma boa educação, visto que durante a vida, por diversas vezes, estes limites irão se manifestar nas mais diferentes áreas. Os desafios são inúmeros e gigantescos, visto que os jovens

de hoje já nascem e crescem em pleno contato com as novas tecnologias e estabelecem uma relação simbiótica com todo esse aparato. É uma geração para a qual o virtual se torna parte do real, e vice-versa. O perigo reside justamente nesse ponto, uma vez que relegamos aos meios tecnológicos ou a escolas a formação de nossos filhos e nos afastamos do dever educacional sob nosso teto.

Não raro vemos jovens, na ausência dos pais, passarem horas preenchendo o vazio em sites, aplicativos e jogos. É uma forma de compensação pela ausência, que se completa com a célebre expressão "sim". Dizer sim para tudo, em qualquer situação, virou uma estratégica tentativa de conquista por parte dos pais. Assim, esperam ser amados pelos filhos a partir de sua benevolência. Dessa forma, jovens parecem estar crescendo sem qualquer referencial daquilo que é certo ou errado do ponto de vista do convívio social. Vale apenas aquilo que ele, do ápice de sua breve e inexperiente existência, entende necessário para satisfazer as suas vontades. Telefones de última geração, voltinha no shopping, vídeo game da moda, viagens, festas, rolê com os

amigos. Sem horários, sem limites para viver um mundo perigoso e traiçoeiro.

Um mundo no qual as relações têm sido marcadas pela efemeridade e sem qualquer profundidade, rasas como diz o jargão musical do momento: shallow now. Essa superficialidade é constatada também na relação do próprio jovem com a vida adulta, estudos, trabalho, compromissos e responsabilidades. Praticamente toda uma geração que ainda não definiu seus rumos.

O impacto não é visto apenas na já conhecida parcela dessa geração denominada "nem, nem", mas também entre aqueles que até buscam alguma ocupação. O problema deste último é que ela é temporária. Poucos jovens dessa parcela querem compromisso mais duradouro com o trabalho e privilegiam a ausência de rotina e do cumprimento de horários. Não querem criar raízes, seja laboral ou mesmo familiares.

Aquela efemeridade juvenil, na qual se via uma inocente "despreocupação" deu lugar a um aparente desprendimento. Esse é um fenômeno social verificado nestas novas gerações e que desperta atenção, notadamente de estudiosos do comportamento

e de educadores. Dentre as suspeitas, o excesso de autonomia e empoderamento das crianças desde as primeiras fases da vida. Decerto que criamos filhos para o mundo. Daí porque precisamos atentar para uma conjuntura social mais complexa, paradoxalmente com maior possibilidade de se estabelecer relacionamentos, mas que estes carregam a característica peculiar de serem mais frágeis. Empoderar não é nenhum problema. O ponto fulcral diz respeito aos limites que são impostos e a orientação para lidar com tal poder. A independência exige responsabilidade para lidar com as próprias escolhas diante dos macrodesafios políticos, econômicos, ambientais, de afirmação de minorias e até antropológicos.

Retomemos as rédeas de nossa juventude para que o comportamento pueril, carregado de ingenuidades e incertezas, não passe de poeira que se esvai com a brisa de um ou dois verões. Mantenhamos a base da educação que garante não apenas a sobrevivência da humanidade, mas a manutenção da vida em perfeito equilíbrio.